

10º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

LITERATURA E ORALIDADE: CONTRIBUIÇÕES DO RCNEI PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS

Mariana Mendonça Bernardino¹

Marcella Hauanna Cassula²

Por serem minoritárias, as línguas indígenas, muitas vezes, são consideradas inferiores à língua portuguesa e sua presença na escola indígena nem sempre se dá de forma apropriada. Considerando que a língua materna é muito relevante para a aprendizagem e desenvolvimento humano, e, por isso, deve ser utilizada em suas amplas possibilidades; este estudo procura identificar e analisar as discussões do Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas identificando o que este apresenta sobre o trabalho com a língua materna em sua modalidade oral para manutenção/revitalização da língua indígena visando refletir sobre as possibilidades de relacioná-las às práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola indígena. Parte-se do estudo documental (RCNEI), aliado a estudos teóricos, observações de campo e experiências de intervenções pedagógicas em duas comunidades indígenas no Paraná. Como referencial teórico-metodológico, amparamo-nos na Teoria Histórico-Cultural para compreender e explicar o papel das práticas pedagógicas no processo de revitalização cultural visando amplas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento por meio da educação escolar. Salientamos que este trabalho integra as ações da pesquisa *“Avaliação socioeducacional, lingüística e do bilingüismo nas escolas indígenas Kaingang do território etnoeducacional - Planalto Meridional brasileiro”*, Programa Observatório da Educação Escolar Indígena – CAPES/DEB/UNESP, executado por uma equipe que integra o Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações PIESP/LAEE-UEM.

Palavras-chave: Oralidade. Escola Indígena. RCNEI

Área Temática: Cultura

Coordenadora do projeto: Rosângela Célia Faustino, rofaustino@terra.com.br, DTP/UEM.

Introdução

A comunicação entre os homens, aqui enfatizada na linguagem oral e escrita é fundamental para o desenvolvimento humano, isto porque conforme afirma Leontiev (s/d, p. 272) “[...] A comunicação, quer se efetue sob a sua forma verbal ou mesmo apenas mental, é a condição necessária e específica do desenvolvimento do homem na sociedade”. O homem diferenciando-se dos animais por meio do trabalho, faz uso da linguagem enquanto instrumento para seu desenvolvimento mental e físico.

¹ Graduanda do quarto ano do curso de Pedagogia, DTP/Universidade Estadual de Maringá.

² Graduanda do terceiro ano do curso de Pedagogia, DTP/Universidade Estadual de Maringá.

No Brasil, na atualidade, é reconhecida a existência de cerca de cento e oitenta línguas indígenas. No período da chegada dos colonizadores, contavam-se muitas mais, porém, em decorrência dos processos de escravização, exploração e conquista dos territórios, muitas se perderam sem ao menos terem sido registradas.

Vivemos atualmente em um período de valorização da diversidade em que as línguas indígenas foram reconhecidas como parte da identidade e patrimônio cultural da humanidade devendo estar presente entre os conteúdos escolares das escolas indígenas. Do ponto de vista da legislação e política educacional há documentos que orientam nesse sentido.

Nesse trabalho, a partir do referencial da Teoria Histórico Cultural, que considera as questões culturais como fatores relevantes das relações sociais e a humanização de todos os seres humanos como um processo de apropriação da cultura humana e da relação com outros de sua espécie. Nesse sentido o ensino e a educação tem papel fundamental, pois:

[...] constituem as formas universais do desenvolvimento psíquico das crianças; nelas se expressa a colaboração entre os adultos e as crianças, orientada a que estas se apropriem das riquezas da cultura material e espiritual, elaboradas pela humanidade. O ensino e a educação são os meios com que os adultos organizam atividades das crianças, graças a cuja realização estas reproduzem em si as necessidades surgidas historicamente, indispensáveis para a solução exitosa das diversas tarefas da vida produtiva e cívica das pessoas (DAVIDOV,1988,P. 243 apud FACCI,2004 p. 243-244).

Embora haja tanto o reconhecimento da literatura como da legislação, em decorrência de fatores históricos que envolvem desde a proibição do uso das línguas indígenas – Diretório dos Índios de Marques de Pombal – interesses do sistema produtivo, preconceito, discriminação e o desconhecimento de informações sobre os povos indígenas no Brasil, não é uma questão simples a presença da língua indígena na escola.

Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo documental, bibliográfico e de campo tendo como ponto de partida que a educação escolar indígena tem sua efetiva garantia a partir da Constituição de 1988, na qual foi reconhecida às populações indígenas a cidadania e consequentemente lhes foi garantido uma educação intercultural e bilíngue. Depois da Constituição, vários são os documentos que expõem e tratam da temática da educação indígena, dentre eles o Decreto nº 26 de 1991 (que transfere da FUNAI para o MEC a responsabilidade pela educação escolar indígena); as Diretrizes para a Política Nacional da Educação Escolar Indígena (1994); a Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996); o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001, com um capítulo que versa sobre a Educação Escolar Indígena); A resolução 03/99 do Conselho Nacional de Educação; a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (2004) e o Decreto Presidencial 5.051 de

2004 (promulgando a Convenção 169 da OIT). Estes documentos foram estudados e sistematizados concomitantes às pesquisas de campo e intervenções realizadas no período.

Discussões e Resultados

O Referencial Curricular para as escolas indígenas – 1998 (RCNEI) é um documento constituído por duas partes, a primeira apresenta as questões históricas e políticas da construção da educação escolar indígena no Brasil intitulada *Para começo de conversa*; e a segunda *Ajudando a construir os currículos das escolas indígenas* que apresenta referências para as práticas pedagógicas dos professores das escolas indígenas (BRASIL, 1998) e é desta segunda parte o recorte enfatizado neste trabalho.

Destacamos do documento a importância dada à inclusão da língua indígena na educação escolar, “[...] A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o *status* de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira” (BRASIL, 1998, p. 118).

O trabalho com a língua indígena nestas escolas é necessário à medida que os professores podem ser mediadores para o ensino e revitalização/preservação das mesmas. Os estudos realizados no decorrer do projeto evidenciam que há Terras Indígenas em que a língua materna já não é a língua indígena, sendo assim, a escola é o único espaço em que as crianças estão aprendendo esta língua. Por outro lado, há comunidades em que as crianças começam os estudos na língua materna (indígena), com auxílio de seus professores indígenas pois não tem pleno domínio da língua portuguesa.

A partir do referencial aqui adotado, entende-se que à escola indígena cabe trabalhar com os conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos, ensinando tanto na língua indígena, como na língua portuguesa, tendo em vista, que é em português que lhes são garantidos os direitos, a maior parte da comunicação fora das Terras Indígenas. Além disso, não é na língua indígena que se encontra disponível a maior parte dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade os quais são direito de apropriação de todas as crianças, entre elas as crianças indígenas.

Conclusões

A partir das intervenções pedagógicas realizadas pela equipe do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações PIESP/UEM por meio do projeto Avaliação socioeducacional, linguística e do bilinguismo nas escolas indígenas Kaingang do território etnoeducacional Planalto Meridional brasileiro – que contaram com atividades como contação de histórias Kaingang, tanto na língua indígena como na portuguesa, seguido de ilustração, confecção de brinquedos com balão de ar, confecção de brinquedos com papel, brincadeiras como caça ao tesouro, futebol dos bichos e outras – foi possível perceber o envolvimento, interesse e participação das crianças com a equipe pedagógica da escola indígena e seus professores na busca de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico com a língua indígena e seu registro em ambiente escolar.

Como resultado destas intervenções podemos destacar a troca de experiências entre pesquisadores, professores e equipe pedagógica oportunizando ampliação na formação docente. As experiências com intervenções pedagógicas são

enriquecedoras, pois é um momento de práticas humanizadoras, situação na qual se realiza um conjunto de procedimentos intencional e pedagógico que colaboram para a maior aprendizagem da criança.

Por experiência pedagógica pode se entender o momento em que proporcionamos a criança situações e vivências que as possibilitam apropriações, aprendizagem e desenvolvimento que permitem deslocar-se, avançar e internalizar as máximas elaborações humanas, desenvolvendo apreciação pelo belo e por tudo que foi produzido historicamente e culturalmente pela humanidade. Parte-se do que tem sentido para criança, como sua cultura, sua língua, para então lhe apresentar aquilo que é um direito de todo cidadão, todo conhecimento já produzido que eleva o ser humano, pois permite seu desenvolvimento intelectual.

Referências

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas**. 1998.

FACCI, M. G. D. O trabalho do professor na perspectiva da psicologia Vigotskiana. In: _____. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudocrítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004. p.194-259.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva>>. Acesso em: 29 de setembro de 2011.

LEONTIEV, A. O homem e a cultura. In: _____. **O desenvolvimento do psiquismo**. Livros horizonte.

LUCIANO. G. J. S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.